

DISCURSO DO DESEMBARGADOR LUIZ VICENTE CERNICCHIARO NA POSSE DA DESEMBARGADORA MARIA THEREZA DE ANDRADE BRAGA HAYNES NA PRESIDÊNCIA DO TJDF

A solenidade de hoje renova-se de dois em dois anos. O legislador foi sábio, vedando a reeleição. Busca-se, assim, periodicamente, substituir o comando do Tribunal. A visão plural dos fatos, o trato diferente de pormenores, no conjunto, favorecem cuidar sistematicamente todos os assuntos.

De outro lado, o magistrado incidentalmente faz às vezes de administrador para garantir a independência do Poder Judiciário.

No biênio 1986/ 1988, com a colaboração do Desembargador Valtênio Mendes Cardoso, Corregedor da Justiça e do pranteado Desembargador Antonio Mello Martins, prematuramente falecido, em amadurecimento intelectual e de quem se esperava a contribuição definitiva, realizamos, sem divergência, a administração que nos pareceu a melhor e conveniente. Seria omissão imperdoável não registrar o que o Desembargador Paulo Ferreira Garcia, escolhido para completar o mandato na Vice-Presidência, uniu-se a nos com o mesmo espírito de compreensão e prudência.

Não é momento de fazer relatório. Já o distribuímos. É a prestação de contas de quem recebe a administração pública.

Gostaríamos no entanto, de deixar escrito, em breve nota, que demos prosseguimento aos projetos anteriores para manter a unidade e desenvolvemos outros setores.

Iniciou-se a construção de mais de 87.000 metros quadrados de imóveis destinados a fóruns e serviços auxiliares. O anexo II do Palácio da Justiça, hoje, na quarta laje, compreende 38.500 m². Taguatinga e Cêilandia contemplados com prédios modernos, pensados para vários anos e que se tornarão – a entrega ao público está prevista para dezembro – o centro cultural daquela cidade, dotados de auditórios para diversos eventos.

Os Territórios Federais de Roraima, Amapá e Fernando de Noronha merecem atenção especial. Dotamos todas as Circunscrições Judiciárias de moderno sistema, colocados telex nos fóruns, exceto em Mazagão porque a Embratel ainda não liberou a linha, por isso, com a facilidade da técnica moderna, comunica-se com o distante Oiapoque, em frente da Guiana Francesa – “onde começa o Brasil”, como está exculpido praça pública em praça pública – com a mesma facilidade de registro de mensagem para o outro lado da Praça do Buriti.

Nos dois primeiros Territórios, inauguramos a chamada “era da informática”; estão ligados ao sistema do PRODASEN, facilitando, assim, a busca sobre legislação, jurisprudência, bibliografia e as demais matérias do banco de dados. Está em curso processo administrativo para aquisição de micro computadores, um para Boa Vista e outro para Macapá para modernizar o procedimento de prestação jurisdicional. Registrar-se-ão os vários momentos, desde a distribuição até os arquivamentos dos autos, ensejando celeridade porque alguns despachos e expedição de mandados serão emitidos automaticamente.

Fernando de Noronha recebeu também prioridade. Instalaram-se os serviços judiciários, no final de março e designado Juiz de Direito Substituto, enquanto se cria o cargo de Juiz de Direito. Integra-se o arquipélago, definitivamente, à civilização porque, civilizadamente, os conflitos devem ser resolvidos pelo judiciário.

Uma palavra mais sobre a informática. O nosso Tribunal, pioneiramente, conectado à Telebrásilia emitira sinais para o vídeo-texto. Hoje as informações sobre os processos podem ser obtidas de qualquer ponto do país ou do exterior, via telefone; amanhã, captados, em imagens em escritório ou residência. As Cidades Satélites, uma vez liberada a linha, imediatamente, entrarão no ar.

Estes avanços, graças à compreensão de sua Excelência o Governador José Aparecido de Oliveira, aparecerão em filme de longa metragem que mostrará Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade.

A Corregedoria, integrada ao dinamismo, instalou terminais de computador para recolhimento de custas.

A Biblioteca, no âmbito da Vice-Presidência, ainda nessa área, catalogou livros e selecionou temas para facilitar consultas.

A microfilmagem iniciou e completou registros de todos os acórdãos do tribunal e metade do fichário de jurisprudência. Com isso, as consultas são feitas em modernos visores eletrônicos. Não se concebe que nas proximidades do século XXI, a pesquisa esteja sujeita a manuseio de sebatas folhas de papel, que, com o passar do tempo, vão se tornando ilegíveis.

Esse serviço enseja outra grande vantagem: as certidões expedidas em trinta segundos. Além disso, deixamos pronto o processo administrativo para, com as cautelas que a lei exige, somando material da 1ª e 2ª instâncias, dilacerar, num primeiro momento, mais de quinze toneladas de papel.

No instante de renovação das instituições no país, o Tribunal firmou posição, buscando o Poder e prestigiar as prerrogativas, não para favorecer o magistrado como pessoa, mas como agente do Poder. Promoveram-se dias reuniões de Presidentes de Tribunais de

Justiça e outras tantas da Associação dos Magistrados Brasileiros. Repelimos algumas teses extravagantes; intransigentemente, combatemos a proposta de criação do Conselho de Justiça. Não se teme a fiscalização. No Estado do Direito Democrático, os três Poderes precisam ser fiscalizados; antes de tudo é respeito com o povo que os mantém. Diferentemente, no entanto, intervenção indevida.

Senhores e senhoras, permitam-nos, neste momento, tornar público, o que já fizemos particularmente: aplaudir os onze constituintes do Distrito Federal; superando tendências partidárias e estímulo das entidades a que pertencem, unanimemente, prestigiaram o Judiciário. Talvez a única bancada que não emitiu voto discrepante.

Convênio permitiu que Desembargadores, como hóspedes dos Estados Unidos, conhecessem o sistema judiciário daquele país, onde recebemos visita de magistrados e professores americanos, que fizeram exposição a respeito do Direito da jurisprudência.

O Social não foi esquecido. Visou-se à valorização do servidor, conferindo-lhe maior status funcional e correspondente remuneração. Encontram-se no Congresso Nacional projetos de lei transformando tabelas provisórias em tabelas permanentes, criando, de outro lado, funções técnicas elevadas. Firmou-se convênio com a Caixa Econômica Federal para construção e aquisição de unidades residências. Dois princípios comandam a seleção dos candidatos: maior tempo de serviço no Tribunal e menor remuneração. Foram atendidos cerca de uma centena de pretendentes.

Fundou-se Cooperativa para o mesmo fim. A Caixa Econômica Federal já aprovou o funcionamento. A Secretaria da Habitação hoje, firmou protocolo-de-intenção, através do Secretário Benedito Domingos, que, aqui, está presente. Habilitara outros funcionários a tornarem-se proprietários de quinhentas casas na Samambaia e cento e cinquenta apartamentos na Ceilândia centro. O documento exige como testemunhas o Governador José Aparecido e a Desembargadora Maria Thereza.

O trabalho, diga-se é coletivo. Muitas das matérias desenvolvidas contou com manifestação previa do Tribunal, cabendo-lhe o mérito, fomos mero executores de nossos maiores, cujo descortínio propiciou que tivéssemos liberdade de movimentação.

Aos eminentes colegas sou devedor por haverem estimulado a presidência e jamais impugnado qualquer iniciativa. De outro lado, não houve reserva mental e ninguém cometeu erro de inteligência. A troca de idéias antecedia às decisões formais. A intransigência não existiu no biênio. Saio hoje com franqueza e amizade dos colegas como acontecia no dia 22 de abril de 1986. Não será exagero afirmar que a franqueza e a amizade se tornaram mais intensas.

Os Juizes de Direito e Juizes de Direito Substituto, classe das quais somos originário, sempre responderam com atenção e denodo, até mesmo carinhosamente, o nosso apelo. Somaram. Nunca dividiram. Saudamos os Desembargadores do ano 2000. Ainda que não quiséssemos, jamais deixaremos de acompanhar a carreira de cada um. Auguramos que o futuro lhes reserve os projetos de agora.

Não podemos olvidar o auxilio dos governadores Getulio Cruz e José Roberto Klein, de Roraima, de Jorge Nova da Costa, do Amapá e Fernando César Mesquita, de Fernando de Noronha. Graças ao interesse comum, depois de o tribunal tomar iniciativa, os Territórios ganharão sensível aumento de Juizes de Direito Substituto com replante do Juiz temporário. O Ministro Paulo Brossard, entendendo a importância do assunto, transformou-a em projeto-de-lei, com imediata adesão do Presidente José Sarney. Aprovado, em regime urgência, na Câmara dos Deputados, aguarda-se o trâmite no Senado Federal.

Do Supremo Tribunal Federal o estímulo é constante, seja na administração do ilustre Ministro José Carlos Moreira Alves, como do eminente Ministro Luiz Rafael Mayer.

Aquela Corte teve decisiva participação na defesa do Judiciário. Discreta como convém; nem por isso, menos vigorosa. Somos testemunha de que se empenha com força moral no amparo da magistratura.

O digno Governador José Aparecido de Oliveira atuou como co-responsável. Assumiu obrigação solidária. Jamais caiu em mora. Nunca houve protocolo entre os dois palácios. Praticou-se o princípio constitucional da independência dos Poderes.

Todos sabem as dificuldades que o governo brasileiro enfrenta. A liberação de verbas e a obtenção de créditos suplementares, além da seriedade dos programas, obedecem ao critério de propriedade. A fim de demonstrar esses dois requisitos de nossa atividade, bastando lembrar que Ceilândia é 13ª e Taguatinga a 14ª cidades brasileiras em população e que o edifício do Anexo II é o maior prédio em construção em Brasília, sempre nos socorremos da pertinácia, da amabilidade e da influencia política do Governador do Distrito Federal. Presenciei a veemência da argumentação. Sempre chegou o bom sucesso.

Será injusto esquecer a Ordem dos Advogados do Brasil. O Conselho Federal, à unanimidade, registrou voto de louvor endossando a iniciativa do Conselheiro Guaracy Freitas. Em Boa Vista e em Macapá recebemos cativantes homenagens. Em reuniões especiais, tiveram a fidaugua de lembrar nossa administração, entendendo-a positiva, embora se deva atribuir ao julgamento à tolerância dos advogados e à amizade que se estabeleceu nos dois anos. Uma referencia especial à Subseção de Taguatinga, que esteve conosco desde o primeiro dia. Literalmente, desde o primeiro dia. O Presidente Carlos Sidney, acompanhou-

nos na sessão de terrenos e início de construção dos fóruns de Taguatinga e Ceilândia, cujos moveis estão adquiridos. Incansável, destemido, jamais esmoreceu até que os projetos se tornaram realidade.

Os serviços da Casa também são lembrados. Sem eles não haveria dinâmica. Cada um ao seu modo esteve presente. A ASSEJUS, atenta às reivindicações de classe, fez o seu papel. Sem fraquejar, postulou com veemência, como é próprio dos jovens, sem ultrapassar o limite do necessário relacionamento funcional.

O desempenho exige tempo integral. Cansativo, por vezes. Recompensado quando produzido. A minha mulher, Concita, e a nossa filha Anna Maria, agradecemos compreenderem o sacrifício das horas retiradas do convívio familiar.

Aos eminentes Desembargadores que hoje tomam posse, concedemos credito ilimitado. Conduzirão com a mesma dignidade de julgadores. O interesse público, é certo, será a referencia principal.

Maria Thereza Braga Haynes, José Manoel Coelho e Paulo Ferreira Garcia conquistaram a confiança dos jurisdicionados. Hoje começam a dar outra contribuição. Daqui a dois anos, os aplausos confirmarão as palavras. Os projetos estarão realizados.

Pedimos licença para tornar público nosso ultimo officio, dirigido à empossada.

“Tenho a honra de dirigir-me a Vossa excelência no ultimo instante de meu mandato.

Auguro-lhe feliz administração do biênio 1988/1990. Encareço-lhe transmitir os mesmos votos aos ilustres Desembargadores José Manoel Coelho e Paulo Ferreira Garcia.

Deixo a presidência com a certeza de ser bem sucedido por colega integra e capaz. Acompanhei a sua carreira judiciária. O tempo foi bastante para projetar sua personalidade. Firme. Equilibrada. Competente. Da prudência recebe as lições. Não se afasta da cautela. Coube-lhe a primazia histórica de ser a primeira Desembargadora do nosso Tribunal e sua primeira Presidente. Honrará, como honra a Casa.

Pertinaz, enfrentará todos os problemas. A adversidade será o melhor estímulo. A história se faz com exemplo. Vossa Excelência forma a história.”

Felicidade é a palavra síntese. A nova administração começa o bom combate.

Obrigado.